



IUM Atualidade



Problemática geral da segurança

Tenente-general (Ref.) Abel Cabral Couto



*Número 45
Fevereiro 2023*

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Problemática geral da segurança

Autor

Tenente-general (Ref.) Abel Cabral Couto

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Fevereiro de 2023



*Créditos: Galeria de Comandantes da Academia Militar - General Abel Cabral Couto
(1987-1989; autor: Luiz Miguel)
Retirado de <https://academiamilitar.pt/galeria-de-fotografias.html>*

A publicação ***IUM Atualidade*** visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

Números publicados:

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (abril de 2014)
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro
Major de Infantaria António Costa
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (dezembro de 2014)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (março de 2015)
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (outubro de 2015)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (fevereiro de 2016)
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Avião do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da Internet das Coisas (IoT) (abril de 2016)
Coronel Piloto Avião António Moldão
7. (Versão Portuguesa)
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (julho de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (novembro de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (dezembro de 2017)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (junho de 2018)
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (julho de 2018)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do Norte: significado geopolítico e geoestratégico (agosto de 2018)
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz
12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (setembro de 2018)
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (novembro de 2018)
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. *NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective* (novembro de 2018)
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo (dezembro de 2018)
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.ª edição, revista e atualizada) Regras e Normas de Autor no IUM (janeiro de 2019)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. O poder de Portugal nas relações internacionais (março de 2019)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa

17. Impactos da impressão 3D num futuro próximo (junho de 2019)
 Geanne Costa
 Maria Clara de Abreu Rocha e Silva
 Neandro Velloso
 Tenente-coronel Pedro Alexandre Bretes Amador
 Tiago Miguel Felício Dâmaso
7. (3.ª edição, revista e atualizada) Normas de Autor no IUM (fevereiro de 2020)
 Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
 Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
 Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
 Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729 (junho de 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. *United States Space Force*: Necessidade militar ou golpe publicitário? (junho 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política (julho 2020)
 Dr. José Ribeiro e Castro
21. A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa (janeiro 2021)
 Capitão (GNR) Adriana Martins
22. A ISAF e a NATO 13 Anos de Operações no Afeganistão: Uma Análise por Funções Conjuntas (fevereiro 2021)
 Coronel Tirocinado António José Pardal dos Santos (Coord.)
 Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
23. China Contra China: Atividade Aérea no Estreito da Formosa como Potencial Catalisador de um Conflito Alargado (abril 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
24. A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2020 (julho 2021)
 Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros
 Capitão-tenente Lourenço Gorricha
 Professor Thomas Gasche
 Major Luís Félix
25. As Relações UE-África (julho 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Marco Cruz
26. As informações na Defesa e Segurança de Portugal: Uma Análise aos vários Cenários de Conflito (julho 2021)
 Coordenador: Major Pedro da Silva Monteiro
27. O Apoio das Forças Armadas às operações da Proteção Civil e das Forças e Serviços de Segurança (julho 2021)
 Coordenadores: Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Tenente-coronel Figueiredo Moreira
 Tenente-coronel Morais dos Santos
 Tenente-coronel Brito Sousa
28. Resposta do Ensino Superior Militar à Pandemia de Covid-19 (setembro 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Santos Loureiro
29. O Conhecimento em rede e as redes do conhecimento. A “Nova” Forma de Poder dos Estados (outubro 2021)
 Tenente-coronel Brás Bernardino
30. Dissuasão Nuclear na Europa Ocidental: Atualização (novembro 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
31. Exercício “Cyber Phalanx 2021” (janeiro 2022)
 Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Major Lourenço Serrão
32. A (in)dependência energética da Europa. *The Iberian Southern Gas Corridor* (fevereiro 2022)
 Professor Doutor Duarte Lynce Faria (Coord.)
33. As funções conjuntas na Guerra do Golfo: Uma perspetiva passados 30 anos (março 2022)
 Coordenadores: Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Tenente-coronel Dias da Costa
 Major Marques Teixeira
 Capitão-tenente Vargas Cabrita
34. A “Operação Militar Especial” na Ucrânia: Um Caso de Falência do Poder Aéreo Russo? (março 2022)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
35. Seminário sobre Contratação Pública (abril 2022)
 Coordenadores: Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Filipe Cortes Lopes
 Capitão-tenente Bruno Alexandre Soares Mercier

7. (Versão Inglesa)
 (4th edition, revised and updated) *CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM* (may 2022)
 Tenente-Coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
 Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
 Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
 Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
36. *Armas Hipersônicas: Da Ucrânia ao Indo-Pacífico* (maio 2022)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
37. *Ascensão de Potências Marítimas. Volume I – Uma análise estratégica à Índia, China e Rússia.* (maio 2022)
 Coordenadora: Capitão-tenente Sofia Saldanha Junceiro
38. *New Wars and Sustainable Security: What Should Military Leaders Learn?* (junho 2022)
 Coordenadores: Associate Professor David Last
 Dr. Marzena Żakowska
39. Doutor *Honoris Causa* – Professor Doutor Adriano Moreira. (no prelo)
 Coordenador: Capitão-de-mar-e-guerra Cortes Lopes
40. *ISMS 2022 – Conference of the International Society of Military Sciences – Promoting Peace and Security in a new incomprehensible and non-linear world* (august 2022)
 Coordenadores: Tenente-coronel Cristina Fachada
 Capitão-de-mar-e-guerra Coelho Gil
 Comodoro Ramalho Marreiros
41. *A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2021* (agosto 2022)
 Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros
 Capitão-tenente Lourenço Gorricha
 Professor Thomas Gasche
 Major Luís Félix
42. *O Inesperado Mundo Novo – Guerra e Mudança em 2022, / Unexpected New World – War and Change in 2022.* (Publicação bilingue / Bilingual publication). (agosto 2022)
 Professor Doutor António José Telo
43. *A Defesa da Ucrânia: Um caso de sucesso do poder aéreo ucraniano?* (novembro 2022)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
44. *O Emprego de Mercenários e os desafios colocados ao grupo de trabalho das Nações Unidas sobre a utilização de Mercenários* (janeiro 2023)
 Major Osvaldo José Gonçalves Oliveira

Como citar esta publicação:

Couto, A. C. (2023). *Problemática geral da segurança*. IUM Atualidade, 45. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general António Martins Pereira

Editor-chefe

Coronel Delfim Zambujo Dores

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.ium.pt/cisdi/publicacoes

ISSN: 2183-2560

© Instituto Universitário Militar, fevereiro, 2023.

Nota do Editor:

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Índice

Prefácio	1
Nota introdutória	3
Problemática geral da segurança	5
Nota prévia	5
0. Introdução	5
1. Identidade/alteridade	5
2. “Dialética Clausewitziana”	9
3. Permanência do Ser	11
4. Segurança: conceito e principais características	12
5. Níveis de segurança.....	15

Prefácio

Tenente-general António Martins Pereira
Comandante do Instituto Universitário Militar

O Tenente-general Abel Cabral Couto é um notável e consagrado vulto do conhecimento e da cultura militar e uma conceituada figura de referência nacional e internacional ligada à teoria geral da estratégia e à sua instituição como disciplina ensinada na academia em Portugal.

A sua ascendência na comunidade académica e a continuada alusão e citação em trabalhos de investigação, designadamente, aqueles que versam a *Estratégia*, foi, é e, estou certo que irá assim continuar, uma realidade incontornável.

Este facto, aliado às demais qualidades e legados deste ínclito pensador da *Estratégia*, levaram o Instituto Universitário Militar a convidar o Tenente-general Cabral Couto a proferir uma palestra na cerimónia de abertura do Doutoramento em Ciências Militares, no ano letivo 2022-23, neste Instituto.

O presente número do *IUM Atualidade* que é agora levado à estampa, e que se intitula “*Problemática geral da segurança*”, integra um conjunto de brilhantes reflexões do autor concernentes à *Segurança*, com base na sua distinta palestra.

As observações e pensamento partilhados, sempre no seu estilo muitíssimo discreto, elegante, eloquente, assertivo, fluente e cognitivamente incisivo, procuraram responder à questão principal de qual é a génese da problemática da segurança? ou, dito de outra forma, em que pilares assenta esta supradita problemática?

Após discorrer sobre este tema fundamental, o nosso perene Professor de Estratégia concluiu a(s) sua(s) tese(s) tecendo importantes e significativas considerações respeitantes ao conceito, às principais características e aos níveis de segurança.

Realço, por isso, o privilégio que foi para todos escutar a palestra ministrada por tão ilustre autoridade académico-militar nestas matérias e por isso acolhi com grande entusiasmo a autorização do Tenente-general Abel Cabral Couto para a transcrição das suas palavras para o *IUM Atualidade*.

Relevo também a excelência das palavras do Coronel Tirocinado Luís Machado Barroso, a quem na sua dupla qualidade de diretor de curso do Doutorado em Ciências Militares e de coordenador do livro “Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto”¹ enderecei o repto de redigir a “Nota introdutória”.

A todos os leitores, militares e civis, académicos, investigadores, sempre curiosos tanto pela obra do autor, como pela temática aqui versada, endereço os meus votos de uma desafiante e profícua leitura.

¹ Barroso, L. M., & Escorrega, L. F. (2014). *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Nota introdutória

“Obrigado Sr. Tenente-general Cabral Couto! A estratégia, agora à luz da segurança, continua viva e o Instituto Universitário Militar agradece o seu legado!”²

Coronel Tirocinado Infantaria Luís Machado Barroso
Coordenador e Diretor de Curso do Doutorado em Ciências Militares

Nunca é de mais lembrar que o Excelentíssimo Sr. Tenente-general Cabral Couto é uma figura ímpar da *Estratégia* em Portugal e uma das principais referências nacionais no pensamento estratégico português. O respeito pelo seu legado como estrategista, professor e comandante está amplamente documentado num livro em sua homenagem em 2014, que tive a responsabilidade de coordenar em coautoria. Por tudo o que fez pelo ensino e promoção do conhecimento em proveito de uma das mais importantes artes da política, a estratégia, não podia o Instituto Universitário Militar deixar de o escolher como a personalidade para a abertura da edição 2022-2023 do Doutorado em Ciências Militares. Se a estratégia é hoje uma disciplina consagrada na academia, em muito se deve ao seu legado.

Estratégia que, como em muitos outros casos, é um conceito que tem evoluído ao longo do tempo e cuja aplicação tem-se generalizado em contextos e situações muito diferentes da sua natureza, que vai do futebol à gestão empresarial.

Independentemente da tipologia que a academia utiliza para classificar as guerras e os conflitos, é a sua natureza e o seu poder gerador de mudança que fazem com que a estratégia seja um dos fatores unificadores das várias perspetivas e o verdadeiro teste para a política. A violência, com efeitos imprevisíveis em tudo o que toca, distorce a razão, o conhecimento e a verdade, tornando quase impossível prever resultados. Porém, é a estratégia que encerra a importância política do combate e da vitória para submeter o adversário, controlar território e as populações.

A guerra escapa ao controlo dos interesses racionais, arrasta toda a sociedade e impõe limites à racionalidade estratégica, existindo muito para além da frente de batalha e do tempo em que está a ocorrer, por ser geradora de mudanças nas relações sociais, económicas e culturais, as quais se fazem sentir muito depois do fim das hostilidades militares e são praticamente impossível de prever.

² Parte do texto que aqui apresento corresponde ao desenvolvimento do conjunto de tópicos que redigi para utilizar na aula de abertura da 3.^a edição do Doutorado em Ciências Militares do Instituto Universitário Militar.

Por conseguinte, a incerteza é característica definidora da complexa relação entre a essência do combate, a lógica político-estratégica e os efeitos imprevisíveis na ordem político-social. Se a incerteza é um dos principais obstáculos ao conhecimento e à formulação de uma teoria positiva da guerra, a guerra torna-se um problema especial para a estratégia. Ademais, da perspectiva da estratégia, a guerra não pode ser percebida isoladamente, mas, antes, como instrumento da política. Em situação de guerra ou de crise, a estratégia identifica-se com a política, monopolizando toda a sua ação.

Uma vez que a estratégia é julgada pelos resultados, a presença de bons planos, a grandiosidade de meios, e/ou a genialidade dos estrategistas e comandantes acabam por se tornar inúteis se no final o sucesso político não é/for alcançado.

Ao até aqui referido, impõe-se ainda ter sempre presente que a lógica da estratégia vai para além da lógica da racionalidade – e envolve sempre um grau de incerteza, conferido pela presença do adversário e pelo acaso, que dificultam a implementação do plano –, e o mundo em contínua mudança requer que os responsáveis pela estratégia e pela política sejam objeto de técnicas pedagógicas que desenvolvam a maturidade e a capacidade de julgamento, para que o emprego da força tenha a finalidade política desejada, em detrimento do foco no objetivo tático e operacional.

Neste enquadramento, e tendo sempre como farol a estratégia, o Exmo. Sr. Tenente-general Cabral Couto, na extraordinária palestra que proferiu, e que agora nos presenteia na presente publicação, apresenta, com o seu habitual brilhantismo, a(s) sua(s) tese(s) concernente à problemática segurança, cuja génese, advoga o autor, alicerça na tríade: identidade/alteridade (relação do Eu com o Outro); “dialética Clausewitziana”; e “permanência do Ser” (em matéria de sobrevivência).

Pelo referido, entre muito mais que lhe era devido dizer, mas que não se compaginava com o carácter sucinto da presente “Nota editorial”, a obra do Exmo. Sr. Tenente-general Cabral Couto deve ser considerada como inspiradora. Enquanto professor no Instituto de Altos Estudos Militares, Comandante da Academia Militar e Diretor do Instituto de Defesa Nacional, publicou um importante acervo sobre *Estratégia*, sem nunca deixar de questionar se os desafios da atualidade, de cada época, exigiriam uma revisão e adaptação dos conceitos, e sobre as implicações das grandes questões da Estratégia, num plano teórico, mas também de aplicabilidade prática, refletidos, nos grandes problemas nacionais e internacionais, como, reitero, foi e é o que sucede a lição que aqui se publica, sob o título “Problemática geral da segurança”.

O meu, que de resto reflete um *nosso*, Bem-haja meu General.

Problemática geral da segurança ³

Tenente-general (Ref.) Abel Cabral Couto

Nota prévia

O presente texto reproduz, em parte, uma exposição puramente oral que o signatário vem fazendo há duas décadas no Curso de Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional, com pequenas alterações decorrentes da natureza dos auditores, do tempo disponível, e da inspiração de momentos.

Constitui uma síntese, ou “trave mestra”, de um tema que o autor tencionava desenvolver e aprofundar em obra que não pôde realizar por razões de saúde.

0. Introdução

A exposição que vou fazer não pretende dizer algo de significativamente novo. Constitui-se como uma tentativa para ir ao fundo da gênese da problemática da segurança, que, para mim, assenta em três pilares que se inter-relacionam de forma sistémica: o primeiro, assenta numa questão delicada, passível de raiar o politicamente correto, pois trata da questão da identidade/alteridade, ou seja, da relação do Eu com o Outro; o segundo, aborda o que costumo chamar de “dialética Clausewitziana”; e o terceiro, aporta a questão da sobrevivência, ou daquilo que Espinosa chamava a “permanência do Ser”.

1. Identidade/alteridade

Passando ao **primeiro pilar, a relação do Eu com o Outro** é uma relação extremamente ambígua. O homem é um ser extremamente social, isto é, só pode realizar-se plenamente em sociedade. Eu preciso do Outro para que este me proporcione serviços e capacidades que possa realizar, ou para poder dedicar o meu tempo a atividades que considero preferíveis, recebendo do Outro os serviços que não estou interessado em satisfazer. E preciso do Outro, até para continuar a espécie.

Contudo, a minha relação com o Outro (*a dialética do Eu e do Tu*) não fica por aqui.

³ Transcrição – do áudio para o papel, realizada pela TCOR PSI Cristina Fachada, e posteriormente revista e validada pelo autor –, da palestra ministrada no Instituto Universitário Militar, por ocasião da cerimónia de Abertura da 3.^a edição do Doutoramento em Ciências Militares, em 15 de novembro de 2022.

O Outro é também um “consciencializador”. Sei quem sou, sabendo quem não sou. Sei que sou alto, magro, tenho cabelos castanhos, olhos azuis ou pretos, etc., em função do Outro. Por isso, aquela pergunta clássica de quem levaria para uma ilha deserta, é desacertada/imprecisa. Porque tudo indica que Eu, numa ilha deserta, ao fim de pouco tempo entraria em anomia, ou enlouqueceria ou me suicidaria.

O Outro, tem ainda um outro papel importante, sendo, por assim dizer *o meu modelador*. Aquilo que eu vou sendo, depende, em muito, das minhas relações com o(s) Outro(s). Todos nós somos altamente influenciados pelos professores que tivemos, pelos educadores que temos, entre outras fontes/figuras, e, por conseguinte eu sou muito daquilo que o Outro me transmite e me vai modelando, enriquecendo. Uma outra dimensão do Outro é a de *equilibrador psicológico* ou “tubo de escape”, aquele relativamente ao qual descarrego muita das minhas fraquezas e insuficiências. Eu tenho um filho superiormente inteligente, e o problema é que os professores não sabem, não o compreendendo e nem o classificando como o deviam. Os governos, por exemplo atualmente os nacionais, tudo o que fazem bem é mérito próprio, e o que acontece de mal, dizem ser muito por culpa de Bruxelas, ou de outrem.

Mas o Outro é também uma coisa muito mais complexa, e que, em regra, hoje em dia o politicamente correto aconselha a atirar para “debaixo do tapete”. O Outro *é o desconhecido, o estranho, o étrange, o étranger*, etc.. Este Outro pode ser um concorrente, um adversário, um inimigo, pode ter maus instintos, maus gostos, pode ser complicativo, e, por conseguinte, a minha atitude normal em relação àquele que eu não conheço é de prudência, de reserva, de suspeição. Isto é como nós funcionamos em relação a, por assim dizer, 95% daqueles com quem contactamos. Basta ver, por exemplo, que nós hoje em dia vivemos muitas vezes em prédios em que nunca passamos para além da porta do vizinho da frente, muito menos do que mora no terceiro ou quarto andar, e quando nos encontramos no elevador, mal sabemos o nome deles todos, ou se calhar nem sabemos o nome de apenas um, e tudo se reduz a um “*Bom dia*”, “*Boa tarde*”, “*Como está?*”, “*O tempo está bonito*”, “*Tenha um dia muito feliz*”, e termina. É portanto uma atitude de reserva natural em relação a um Outro desconhecido. E se passarmos do nível individual para o nível coletivo – das sociedades humanas, das organizações, dos povos, dos núcleos religiosos, etc. –, esta ideia do Outro, como um “não-Eu”, como algo radicalmente diferente de mim, agrava o problema e a situação. E este radical e notoriamente diferente de mim assenta desde logo na cor da pele e nos traços fisionómicos, e passa depois para a fala, para a forma como se reza, para a forma como se veste e, no passado até, para as armas com que se combatia. Tem-se, por exemplo, que o arco e a flecha era

característico de determinados Outros; a lança era de Outros; a adaga era de mais Outros; e a cimitarra era de Outros mais.

Ora, *como é que se pode resolver esta dialética do Eu e do Outro?* Essencialmente *através de três formas*.

A *primeira* é, como em todas as dialéticas, uma síntese, quer dizer por fusão, em que o Outro torna-se num quase Eu. Isto é o que se passa com o imigrante num país estrangeiro. Aos poucos e poucos, esse Outro que era um *étrange*, um estrangeiro, um estranho, vai-se adaptando à maneira da nova sociedade em que se insere, e a certa altura está, aquilo que nós dizemos, integrado. Quer dizer, ele em certa medida, na sua vida concreta, social, faz parte do Eu, embora em casa continue a falar francês, chinês, árabe, enfim aquela que é a sua língua original. Portanto, integrou-se. O problema do discurso da *integração* é que essa integração depende muito do hospedeiro, daquilo que o hospedeiro faz para o Outro se sentir bem, mas depende também muito do hóspede, que pode simplesmente não querer integrar-se. A título de exemplo, basta irmos ao fim de semana ao Rossio e olhar para a zona adjacente ao teatro D. Maria e ver um conjunto de pessoas, que têm todo o direito em ali estar, que não estão plenamente integradas na sociedade que as circunda. Por outro lado, quando a integração se aprofunda, atingimos um patamar mais elevado, o da *assimilação*, em que o Outro se transforma num Eu. (É o “transforma-se o amador na coisa amada” de Camões...). Como sou melómano, dou como exemplo Toscanini, que se integrou plenamente na sociedade americana, mas nunca se assimilou. Basta ver os seus ensaios, onde ele é quase incapaz de falar inglês, continuando a falar e a berrar tudo em italiano. Porém, o seu genro Horowitz assimilou-se como um cidadão americano de alma e coração. No entanto, porque as raízes nunca se perdem, Horowitz não quis morrer sem dar um concerto em Moscovo, e já na sua fase terminal de vida foi o que fez.

A *segunda forma* de resolver a dialética é por exclusão, por eliminação do Outro. Quer dizer, o Outro que pode sair do Eu e afirmar-se como um Outro, e aqui temos as movimentos independentistas. Ou aquele Outro que pode querer sair do Eu para se juntar a um Outro, e neste caso temos os movimentos irredentistas, que é o que se passou, ou ainda se passa hoje, em grande parte na Ucrânia. Ou ainda as chamadas “soluções finais”, que é a eliminação do Outro como forma de resolver definitivamente o problema, e que se concretizam nos genocídios, etc..

Uma *terceira forma* – a mais frequente e que rege a maior parte da nossa vida social –, é a tolerância, percebida como um modo de convivência pacífica com o Outro, e que assenta em dois princípios fundamentais: a minha liberdade termina onde começa a liberdade do

Outro; e “em Roma, sê Romano”. A tolerância afere o grau de aceitação ou de rejeição de um estímulo negativo. Quer dizer que pode variar com o hábito (por exemplo, o caso da tolerância à dor), com a natureza e a intensidade do fenómeno, etc.. O discurso da tolerância é muitas vezes um discurso acrítico, porque esta assenta numa reação natural, instintiva a determinados fenómenos. Tem-se, por exemplo, o caso da “cor da pele”, que gera atualmente reações muito diferentes daquelas que provavelmente gerava no século XV.

Esta situação (resolução da dialética do Eu e do Outro) dá então origem a que as *relações sociais* sejam fundamentalmente *de cinco tipos*. Temos as *relações de cooperação*, em que cooperamos para uma mesma finalidade. Temos as *relações de acomodação*, norteadas pelo direito e pelo costume, sendo esta a forma usual como nós funcionamos em sociedade. Temos as *relações de subordinação*, porque todas as sociedades são sociedades hierarquizadas, existindo uma Ordem e, por conseguinte, chefes e subordinados. Temos as *relações de competição*, em que duas ou mais partes procuram atingir um mesmo objetivo, mas respeitando determinadas regras e sem “ferir” o Outro. E temos as *relações de conflito, de oposição, de choque*, de Uns com os Outros. Conflitos por objetivos diferentes, por interesses diferentes e por maneiras de ser diferentes.

Neste **enquadramento**, admitamos, **todas as sociedades humanas são**, por isso, **sociedades conflituais**. *Simplesmente o conflito nas sociedades nacionais e na sociedade internacional assume características diferentes*, porque nas sociedades nacionais predominam as relações de cooperação, as relações de acomodação (isto é, o direito), e as relações de conflito são reguladas de determinada forma, de acordo com a lei, com o direito. Quer dizer, existe uma organização que cria as leis, há uma outra organização que no quadro dessas leis gere a sociedade – em teoria, com vista ao bem comum –, há tribunais que julgam os desvios ao cumprimento das regras, e há uma coisa muitíssimo importante, que raramente se fala, que é “polícias” para impor essas regras e essas decisões dos tribunais. Isto porque se a coisa ficasse só pelo tribunal, sem uma força coerciva para impor o cumprimento da lei, a pouco e pouco é claro as pessoas acabavam por não ligar. Por outras palavras, nas sociedades nacionais existe legislador, existe executivo, existem tribunais e existem “polícias”. Na sociedade internacional, estas coisas, apesar dos progressos dos últimos tempos, não existem com esta perfeição. Não existe legislador – aquilo que as Nações Unidas, por exemplo, impõe, são fundamentalmente recomendações. Não existem tribunais de vinculação obrigatória – só se as partes estiverem interessadas em submeter o diferendo ao tribunal é que ele funciona, caso contrário não funciona. E não existem “polícias” – quer dizer, mesmo quando as Nações Unidas têm uma “Força”, esta assenta em “Forças” fornecidas pelos estados, e não numa

“Força” específica, digamos assim, das Nações Unidas. Em síntese, e é este o problema fundamental, enquanto nas sociedades nacionais tende-se a privilegiar a “força do direito”, a sociedade internacional, apesar dos discursos benevolentes e das aspirações muito desejáveis, ainda não funciona assim. Por conseguinte, em especial quando estão em jogo interesses vitais dos atores, na sociedade internacional tende a vigorar o “direito da força” e não “a força do direito”. Isto é, na sociedade internacional vigora, ainda, uma “política de poder”. Ou seja, a lógica do poder, das relações de poder. Isto origina que mesmo quando se fazem discursos muito bonitos, deve-se ter presente que “não há almoços grátis”, como era intitulada a crônica quinzenal de um conhecido político e cronista português, em tempos publicada no *Diário de Notícias*. Quer dizer, aquilo que os vários atores fazem é à luz dos seus interesses, e não convém ser ingénuo nisto, porque é esta a regra. Por conseguinte, mesmo quando aparentemente generosos, tudo tem associado um “preço” e algum benefício – mesmo que secundário –, que daí venha a ser colhido.

2. “Dialética Clausewitziana”

O **segundo pilar** é aquilo que eu chamo de “**dialética Clausewitziana**”. Clausewitz, logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro da sua obra “Da Guerra” tem uma reflexão sintética, notável e plena de consequências. Diz ele “eu não sou senhor dos meus atos, porque o adversário me dita a sua lei tal como eu lhe dito a minha”. Isto é como as coisas funcionam. Logo, Eu *ajo* e *reajo*. Aquilo que faço, não é só motivado por aquilo que desejo, mas também por aquilo que sou obrigado a fazer em consequência das decisões do Outro, que não controlo, que não comando, e que, às vezes, me levam a ter que sujar as mãos, a fazer aquilo de que não gosto, que não desejaria, mas que não tenho outra alternativa, lógica e racional (porque, repito, são decorrentes da decisão do Outro que não controlo). Por exemplo, podemos ter um decisor, um chefe de governo profundamente avesso a armas químicas. Agora se este decisor, chefe de governo, está perante um outro estado, que ele encara como potencial adversário – não tem a certeza se será, tanto mais que aquilo que hoje é, amanhã pode não ser assim, até porque as situações estão em constante mudança –, ou seja, perante o tal Outro, que resolve fazer armas químicas, o que é que faz? Muito provavelmente, irá chegar à conclusão que a atitude mais racional é também ele próprio fazer armas químicas, porque se o Outro souber que ele também as tem, talvez não empregue as dele, e assim este decisor/chefe de estado também não é obrigado a empregar as suas. Mas se não tiver, o Outro pode empregar as dele, e nesse momento ele não tem nada para responder. Ou seja, acaba por se criar uma situação mais provocatória do que no caso de ele as ter. E é precisamente por isso que por exemplo as

proliferações nucleares aparecem aos pares. Os Estados Unidos sim, a Rússia sim. A Rússia sim, a China sim. A China sim, a Índia sim. A Índia sim, o Paquistão sim. E amanhã, Israel sim, e o Irão sim. E depois o Irão sim, e a Arábia Saudita sim, entre tantos mais. Numa determinada fase, assistimos à tentativa do Brasil de enveredar igualmente por esse processo, e logo a Argentina, em simultâneo, também o tentou fazer. Portanto, eu ajo e reajo.

Esta situação Clausewitziana origina corridas de vários tipos, sendo a principal precisamente esta: como não controlo o Outro, como não sei o que o Outro está a fazer, como não sei quais são as suas intenções, a maneira de não ser surpreendido por qualquer coisa que ele faça é ir, e manter-me, sempre à sua frente. O Outro tem 10, Eu sinto-me mais seguro se tiver 15. O Outro tem uma arma que atinge até 100 km, Eu sinto-me mais seguro se tiver uma que atinge 150 km. E isto origina uma espiral, uma ascensão, uma escalada, em que cada um procura responder à frente, face àquilo que julga ser a atitude do Outro. *Daqui emergem corridas de vários tipos* – corridas ao armamento, corridas tecnológicas, corridas para estar sempre na ponta da tecnologia, etc. –, *e emerge*, ainda, um problema complicado e paradoxal, que é *o chamado dilema da segurança*. É que esta lógica, de ir sempre à frente para não ser surpreendido, repercutida na espiral que referi, em nome da segurança, culmina, frequente e rapidamente, numa situação de insegurança muitíssimo superior àquela que existia no início. Isto foi precisamente o que aconteceu durante a guerra fria com a corrida nuclear, em que se chegou a situações absolutamente patéticas de cada cidadão da humanidade ter para ser destruído uma quota de 25 kg de TNT, e no final todos sentiam que quer a Rússia quer os Estados Unidos estavam muitíssimo mais inseguros em termos de riscos, em termos de serem totalmente destruídos, que quando tinham partido.

Ainda neste enquadramento, importa ter presente uma outra situação – *o Outro reage de acordo com percepções*, não daquilo que Eu digo e nem sempre até daquilo que Eu faço, porque ele pode interpretar mal aquilo que Eu faço. E é então em função da forma como o Outro me vê, e dos seus interesses, que este Outro age, e não em função do que Eu digo. Lembro-me de ter lido em tempos, numa obra de um autor inglês, esta frase muito interessante: “em face do lobo, o facto do carneiro se declarar herbívoro, não altera em nada a sua sorte”.

Neste âmbito, pensar que muitas vezes o discurso muda alguma coisa no Outro, a verdade é que não, não muda. Assim, o que devo fazer – em detrimento de agir exclusivamente com base nos meus desejos ou interesses –, é analisar bem o Outro, colocar-me no seu ponto de vista, e, desta forma, procurar perceber bem o que é que está por trás do seu pensar, da sua ação, para, assim, poder deduzir o que é que ele pode mais logicamente fazer.

3. Permanência do Ser

O **terceiro pilar** respeita a uma outra coisa, também aparentemente muito simples e intuitiva, que é **qual é a teleologia de um ser vivo?** O que é que o leva a agir? O ser vivo age em função de quê, em nome do quê? **Qual é a teleologia profunda da sua ação?** *Em primeiro lugar*, temo que *todo o ser vivo está organizado, é sensorizado para continuar a Ser*. Isto é aquilo que Espinosa chamava a *permanência do Ser*. Qualquer Ser, seja ele uma planta ou um animal, está sensorizado para procurar sobreviver e continuar a Ser.

Portanto, a primeira coisa é em torno do Ser e da sua continuação. A *segunda*, é que *todo o ser vivo* tende a crescer, a desenvolver-se, a ter mais espaço, a ter mais força, a ter mais riqueza, a ter mais mercados, a ter mais bem-estar, ou seja, *tende a Ter*, a “Ter mais”. Não é por acaso que os vocábulos *Ser* e *Ter* são os vocábulos fundamentais de qualquer língua, juntamente com os chamados pronomes pessoais, que são na realidade pronomes identitários: o Eu, o Tu que é o não-Eu à minha frente, o Ele que é o não-Eu distante, etc..

Simplesmente este movimento do *Ser* e do *Ter* são diferentes. O *movimento do Ser*, do Eu que procura saber quem é na realidade, o que é que é, o que é que não é, é um movimento *centrípeto*, para dentro, que se *desenvolve na vertical*. Um movimento que vai aprofundando o Eu, tornando-o cada vez mais fundo, e também mais isolado do exterior. E o máximo deste movimento de aprofundamento, associado a um exercício/desenvolvimento espiritual, do Ser é precisamente a *ascese*. *Ascese* é subir, é ascender. O segundo *movimento, do Ter*, é diferente, é um movimento *centrifugo*, para fora, que se *desenvolve na horizontal*. E dá-se então esta coisa em termos conflituais. *Dois tipos de origens conflituais*. Uma, é em torno do Eu e do não-Eu, daquilo que me identifica e daquilo que me nega, e dá origem a *conflitos de natureza identitária*, de identidades. São, a título de exemplo, os conflitos de natureza religiosa, de natureza linguística, de natureza étnica. E temos um outro tipo de conflitos, que é o choque dos Teres. Eu quero Ter mais isto, o Outro quer Ter mais aquilo, e depois encontram-se, chocam-se, e originam o conflito, os *conflitos de natureza material*.

Neste enquadramento, o que é que o mundo de hoje tem de altamente perturbador, apesar dos vários discursos do politicamente correto, do abundante e que vão no caminho desejável, mas que na realidade é diferente?

É que, hoje em dia, contrariamente àquilo que era a doutrina geral no passado – e até por razões filosóficas –, a maioria dos conflitos existentes à escala mundial, são, infelizmente, de natureza identitária, e não tanto, como seria de esperar, de natureza material, e isto é naturalmente altamente perturbador. Aqui na vizinha Espanha, a questão da Catalunha, do país Basco, etc., tem pouco a ver com questões económicas ou qualquer outra coisa, mas sim

com questões identitárias. A própria Itália. O que se está a passar na Ucrânia, é essencialmente uma questão identitária, das comunidades que são russas e vivem na Ucrânia, e são simpáticas com o lado de lá, e das que não o são e querem passar para o lado de cá. O conflito Israelo-Árabe, que é também profundamente um conflito identitário. Donde, daqui resulta que *os dois grandes objetivos teleológicos de todo o Ser* – o que eu há pouco referi como o continuar a Ser e o tender a Ter – *orientam-se para a sua sobrevivência*, isto é, a *segurança* e aquilo que poderemos chamar o seu *progresso e bem-estar*, o seu desenvolvimento e o seu crescimento. E esta questão da sobrevivência do Ser, não é um sobreviver a qualquer custo. Quer dizer, todo o Ser, além de sobreviver, gosta de ser respeitado, e de ver também considerada a sua autoestima e o seu prestígio. Numa síntese um bocadinho atrevida, e à luz de La Fontaine, o discurso da *segurança (de natureza identitária)* é o da formiga, e o discurso do *progresso e bem-estar (de natureza material)* é o da cigarra. Simplesmente, a experiência do dia a dia mostra que se eu tiver 5.000,00€ na mão – que milagrosamente me sobram –, e quiser saber o destino que lhe posso dar, tenho duas hipóteses. Uma, ligada ao progresso e bem-estar, é ir a Varadero. A outra, ligada à segurança, é pô-los de lado, para uma eventual necessidade de intervenção cirúrgica urgentíssima e de alto grau. A diferença é que eu não morro se não for Varadero, mas posso morrer se não for operado por não ter os 5.000,00€ para pagar uma intervenção de qualidade e de urgência.

4. Segurança: conceito e principais características

Dito isto, entramos propriamente na “basezinha”, que é a questão da *segurança*. Alguns linguistas ligam o termo segurança a “*securare*”, associado ao facto de nós, perante qualquer perigo, perante qualquer ameaça, o que dizemos é “cuidado”. E já Camões dizia, “Não louvarei o capitão que diga não cuidei”. Mote que o Exército bem conhece, desde logo porque tem esta frase inscrita numa pedrona no seu Estado-Maior. “Cuidar” é, pois, o primeiro dever do chefe. Estar atento àquilo que pode acontecer, às coisas que estão a evoluir. Hoje o dia pode estar bonito, mas amanhã pode estar uma coisa mais tempestuosa. Importa, assim, estar atento a esta questão do *cuidar* e do *ter cuidado*. Neste âmbito, a segurança, no fundo, é o quê? É um “estado” ou “condição”. Basta olhar para os verbos. Eu digo “eu estou seguro”, pois é a forma como eu estou, um estado ou condição, e é também a ausência de danos.

Aqui, leva-se um outro problema, associado à *primeira característica* da segurança. É que *a segurança tem uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva*, e isso complica as coisas. Eu posso estar seguro e sentir-me inseguro, tenho a psicose da insegurança, faço seguros contra tudo, e esqueço, como dizia Vasco Pulido Valente, que viver é perigoso. Mas

há também o problema inverso, que é eu estar inseguro e sentir-me seguro, porque não tenho consciência dos perigos e dos riscos, e julgo que as coisas só acontecem aos outros. Um exemplo, reside no facto de muito do discurso prevalecente sobre o nosso país é que é um país seguro, que está na ponta da segurança, está longe disto e daquilo, mas, entretanto, as pessoas vão morrendo em consequência de problemas de insegurança, repetindo-se os fenómenos, as causas, etc.. Ora bem, como viver é perigoso, a segurança não é *um absoluto*, e sim *um relativo*. Eu, para ser totalmente seguro no plano individual, teria de vencer a morte. Aliás, este desejo de vencer a morte, é o que está na base do fenómeno religioso. Mais, em termos coletivos, mundiais, e demais patamares, eu só estaria em segurança, em teoria e no sentido absoluto do termo, se estivesse sozinho, e não em relação com outrem, e sob influência de eventuais catástrofes naturais, ou outros fatores. Por conseguinte, o esforço de segurança deve ser um esforço racional, em função da natureza do que me pode acontecer, da reincidência, do grau de perigosidade, do grau de probabilidade, etc., alicerçado na certeza de que eu não posso eliminar totalmente todos os riscos, e o que eu tenho que ter são riscos calculados. Há coisas que eu posso sofrer alguns danos, que são perfeitamente suportáveis. Eu, se viajar de caminho de ferro, não faço seguro, porque a probabilidade de um acidente de caminho de ferro é relativamente baixa, e se acontecer não é altamente perigosa. No entanto, se for fazer uma viagem de avião, numa determinada companhia que me oferece poucas garantias de uma manutenção eficaz, já sou capaz de fazer um seguro, porque se acontecer um azar, é muito provável que ele tenha consequências dramáticas.

Uma *segunda característica*, e porque a segurança tem uma dimensão objetiva e outra dimensão subjetiva, é que a problemática da *segurança é manipulável*. Eu posso criar psicoses de insegurança – do tipo, é preciso milícias armadas porque a insegurança das ruas está uma coisa terrível, etc. –, ou posso criar psicoses de falsa segurança, aquilo que eu posso chamar leniência, “*Está tudo sob controle*”, “*Tenham calma que está tudo bem*”.

Uma *terceira característica*, é que a questão da segurança é *um problema que nunca está resolvido, é uma problemática permanente*. Eu estou neste momento seguro, mas se for descer este degrau posso, se não tiver cuidado, cair numa situação de insegurança. Portanto, a problemática da insegurança exige uma atenção e um estudo contínuo.

Uma *quarta característica*, é que *a segurança do Eu*, a minha segurança, e isto é dramático, *pode originar insegurança no Outro*. Eu, para me sentir, para me considerar seguro, posso criar uma sensação de insegurança ao Outro, que não controlo, e que não sei como vai reagir. Pelo referido, esta análise tem de ser ponderada em termos da globalidade.

Uma *quinta característica*, e esta é a causa, em meu entender, de grande parte dos problemas com que nós nos debatemos, *reside nos conceitos de segurança e defesa*. O que é a segurança e o que é a defesa? Em primeiro lugar, *defesa* é um oxímoro, pois a melhor defesa é o ataque. Ou seja, a defesa é um termo de *definição ambígua*, que substituiu, na prática, o antigo termo da guerra. No passado, o que haviam eram os chamados Ministérios da Guerra, mas porque depois, com a carta da ONU, a guerra passou a ser ilegítima, a não ser quando em legítima defesa, tudo passou a defender-se, ninguém ataca e é tudo “em defesa”. E é também um termo ambíguo porque a defesa não é mais que uma atividade. Basta olhar para a forma como eu construo a frase “*Eu estou a defender-me*”, em detrimento de “*Eu estou defeso*”. Enquanto que para a segurança eu digo “*Eu estou seguro*”, que é um estado, na palavra defesa eu digo “*Eu estou a defender-me*”. A defesa *é uma atividade*, e esta atividade é aquilo que eu tenho que fazer para manter a segurança. É tão simples como isto. Só que no problema da defesa, daquilo que eu tenho que fazer, *há uma décalage* terrível. Porquê? Porque eu preciso pensar e decidir hoje (que está um dia bonito, cheio de Sol) sobre as situações previsíveis, os cenários, as hipóteses que podem acontecer e que podem não acontecer, para uma ação que poderá apenas ocorrer na “altura das tempestades”, daqui, suponhamos, a 5 ou 10 anos. E porque para essa ação, eu preciso de ter meios e de treinar pessoal nesses meios, e tudo isso demora tempo. E esta *décalage*, *entre o momento da tomada de decisão e o momento da ação* – momento da necessidade efetiva –, é um problema politicamente muito difícil, tanto mais que as democracias governam, digamos assim, “à vista”, por um prazo de 3, 4 ou 5 anos. Por conseguinte, decidir hoje medidas, orçamentos, e tudo mais, quando existem, aparentemente, coisas mais urgentes, leva a que esta tomada de decisão, percebida como podendo esperar porque só será necessária num futuro, vai sendo adiada para amanhã, para depois de amanhã, e no final, quando as coisas acontecem, em 80% dos casos é-se colhido de surpresa e não se está preparado. Foi assim nas nossas guerras em África. Foi assim na pandemia. É assim na Ucrânia, etc.. E é esta *décalage* um dos problemas da defesa.

Um outro aspeto, uma *outra décalage*, que se presta muito à demagogia, diz respeito aos *dois objetivos teleológicos*, “*segurança*” e “*progresso e bem-estar*”, *e à relação entre eles*.

O discurso demagógico normal, que corresponde a uma realidade, diz que os esforços feitos numa área excluem a possibilidade de os fazer noutra área. Quer dizer, se planeio gastar dinheiro com canhões, não posso gastar esse mesmo dinheiro com manteiga, e isso obriga-me a fazer uma opção. Esta *relação de exclusão* é a mais evidente. Porém, há duas outras relações que são talvez as mais importantes.

Uma delas, é que há uma relação de interdependência – não há progresso e bem-estar sem segurança, e também é difícil ter segurança sem um certo progresso e bem-estar. Logo, os dois objetivos são interdependentes, e o que eu preciso é potenciar ambos. Quem estiver com atenção, por exemplo, a muita da televisão do que se está a passar na Alemanha, há de reparar naquilo que era evidente no passado: as estações de metro nas grandes cidades alemãs, caso de Frankfurt que eu conheço bem, fazia-me impressão quando me encostava à parede e tinha a sensação de que estava contra uma coisa oca, e afinal agora vim a descobrir que todas as grandes estações de metro alemãs têm grandes espaços de albergue da população para o caso de uma guerra nuclear. Quer dizer estão concebidas com camas, enfermarias, e demais equipamentos, que não se veem porque tem uma grande parede a tapar. Se, por exemplo nós, ao fazermos o metropolitano, às vezes escavando mais um metro, pudéssemos criar uma proteção contra determinadas coisas, estávamos a ver o problema numa ótica sistémica, e por conseguinte a potenciar mutuamente ambas as finalidades.

A outra relação, é que se goste ou não se goste, a maior parte daquilo que nós hoje usufruímos como um alto-bem e uma fonte de progresso e bem-estar, teve origem em problemas de segurança, desde a penicilina, ao radar, à *internet*, entre tantas outras realidades. Foi, efetivamente, a problemática da segurança, de investimentos no campo da segurança, que proporcionaram coisas que hoje estão generalizadas a toda a sociedade, e em que estas fronteiras clássicas entre o militar e o civil não têm, digamos assim, razão de ser.

5. Níveis de segurança

A análise da segurança passa, ainda, por atender a três questões.

Por um lado, a questão dos **níveis da segurança**. Segurança de quem? Ora bem, tenho a segurança *individual*, depois tenho a segurança das *pequenas comunidades locais*, depois posso ter a segurança *regional*, a segurança *nacional*, a segurança *continental*, a segurança *mundial*, e, hoje até, a segurança da *humanidade* em si. E qual é a mudança que preciso ter constantemente em mente? É que no passado, cada uma destas seguranças eram de responsabilidades diferentes. A segurança individual era essencialmente um problema do próprio, enquanto hoje muita da segurança individual é responsabilidade do Estado, a começar na segurança social, na segurança sanitária, entre outras. Depois, um segundo aspeto é que estes problemas, que aparentemente são individuais, resultam de ações individuais que provocam problemas à escala regional, à escala continental e até à escala mundial. É o que se passa por exemplo com a poluição. Uma fábrica, de uma determinada empresa/organização, emissora de gás carbono, resulta de uma decisão individual, que, contudo, vai ter repercussões

à escala regional, nacional, ambiental e mundial. Explorações por criação de aves podem provocar chuvas ácidas que vão cair noutras regiões totalmente diferentes da origem. Isto significa que eu tenho de *analisar* a questão da segurança *de uma forma holística*, de baixo para cima. Não há compartimentos estanques. Tem de ser do indivíduo até, em muitos casos, à humanidade.

Por outro lado, a questão das **dimensões da segurança**. Também do passado, eu tenho a segurança *sanitária*, tenho a segurança *económica*, tenho a segurança *cultural*, a segurança *militar*, etc.. E antigamente, cada uma destas áreas tinha um *responsável* distinto. Hoje, porém, isto tem de ser visto sob a forma de um sistema, das inter-relações entre todas estas facetas. “Tapar um buraco” aqui, pode abrir um outro buraco num outro lado. Um aumento da segurança tecnológica, pode levar a um enfraquecimento da segurança económica ou sanitária. Uma lei restringindo, suponhamos, a natalidade, pode amanhã originar problemas em termos de mobilização. Este é pois um problema de uma *análise sistémica*, e é preciso, como em todos os sistemas, ter a noção de que a eficiência do sistema é sempre a do elo mais fraco. Quer dizer, eu posso ter as outras áreas com um alto nível de eficiência, mas é aquela que tiver pior nível que define o nível de eficiência do sistema. Na guerra fria, a União Soviética tinha um alto grau tecnológico, militar, e até ideológico, mas no plano económico a coisa começou a falhar, e foi por aí que a ruiu.

Uma outra questão, igualmente associada à segurança, em especial ao nível mundial, é a dos **métodos gerais de alcançar a segurança mundial**. Há quatro grandes métodos clássicos. O primeiro método, é a *segurança por império ou por governo mundial*. É por assim dizer a *exclusão do Outro*. Se eu for sozinho a dominar, todos os outros obedecem. O segundo método, encara a segurança dentro do racional de que “poder equilibrado é poder neutralizado”, e se a política internacional é uma política de poder, se os poderes forem equilibrados, está tudo parado, bloqueado, neutralizado, e por conseguinte são as teses sobre a *balança de poderes ou o equilíbrio do terror*. Hoje em dia estas duas primeiras facetas são caras à *visão realista* das relações internacionais. Há depois *duas outras* que são da *visão idealista*. A primeira é a ideia dos bombeiros – um por todos e todos por um –, ou seja, a tese da *segurança coletiva*, dos esquemas de segurança coletiva, em que qualquer ação contra um, mobiliza todos os outros contra o infrator, e por conseguinte o sistema mantém-se paralisado, com receio do conjunto contra uma parte. E a outra, que há agora, e que eu considero muito perigosa, mas que tem muitos adeptos, é a tese que parte do princípio de que *as democracias não combatem entre si*. Para mim é um artigo de fé, porém é uma tese muito em vigor, e que leva à conclusão que o problema está em expandir a democracia. Neste enquadramento,

caímos numa situação, em meu entender, muito parecida com a do século XV, de propagar a fé e o império. Em nome da “propagação da fé”, vai atrás a da “propagação do império”, donde esta tese de, digamos assim, expandir a democracia além de uma atitude culturalmente talvez um pouco arrogante (o problema filosófico de pensar que a única solução, e que é a melhor de todas) tem este aspeto de gerar um intervencionismo que se está a revelar altamente ruinoso e perigoso.

Os outras dois, concepções/visões mais modernas, são a *segurança pela cooperação* e a *segurança pela integração*. A *segurança pela cooperação* respeita a ideia de que muito do que acontece de insegurança resulta de um desconhecimento do Outro, de más perceções, de erros de cálculo consequentes de mau conhecimento, de exclusões, quer dizer de separação quando as coisas se harmonizam melhor se houver uma interpenetração de interesses, de projetos comuns, etc., que levem as partes a interpenetrar-se e, assim, a tornar mais difícil entrar em dissonância forte. Portanto, esta via da cooperação – que pode ter esta finalidade e uma outra, que é uma perceção distinta que o subdesenvolvimento, só por si, é uma causa de insegurança, porque origina uma instabilidade dos sistemas económico-sociais e políticos, porque origina emigrações descontroladas, porque origina que esses países que constituem, por assim dizer, estados falhados sejam um albergue e/ou um local de refúgio de movimentos extremistas – leva a que seja do interesse coletivo cooperar no sentido de trazer, de fazer, de tornar estas áreas desenvolvidas. Não por paternalismos, não por sentimentos morais, nada disso. Mas, sim, por interesses recíprocos, e porque é preferível remediar e prevenir, do que ter que enfrentar problema. Por exemplo, muitos problemas hoje em dia relativos às emigrações descontroladas, que quer se goste ou não se goste, independentemente dos discursos, criam inevitavelmente problemas de racismo, problemas de xenofobia, que, por sua vez, vão dar origem ao aparecimento de correntes políticas para resolver precisamente esses problemas, porque os partidos instalados os não resolvem, etc., etc., levando a um ciclo vicioso, altamente perigoso e explosivo. Neste âmbito, uma das formas de evitar esta situação é precisamente pela promoção do desenvolvimento dessas regiões subdesenvolvidas. A outra via, hoje em dia também moderna, é a *segurança pela integração*. A ideia de que é através da “força do direito” internacional, do reforço da homogeneização das sociedades, e de uma coisa que raramente é confessada – mas que todos nós sabemos estar inevitavelmente em curso, e não é por acaso que isso sucede –, que é diminuição das consciências históricas, que a segurança se alcança. Quer dizer, e em certa medida, a manipulação do ensino da História, de modo a retirar da consciência tudo aquilo que nos diferencia, em benefício, teórico, da criação de uma homogeneização igualitária em todas as regiões. Esta visão tem também, em meu

entender, um outro efeito perverso que é o de favorecer as concepções monolíticas. Isto é, sacrificar a diversidade, a multiplicidade e a pluralidade, que são enriquecedoras das opiniões e das concepções das sociedades, e que, no fundo, constituem a base de uma visão democrática destas mesmas sociedades.

*Endereço eletrónico: cidium@ium.pt
Telefone : (+351) 213 002 100 | Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa*



*Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vítor Manuel Amaral Vieira*